

Megaemprendimientos e territorialidades na Amazônia: o preço da (in) sustentabilidade.

Helciane De Fátima Abreu Araujo, Mariana Leal Conceição Nóbrega, Jurandir Santos De Novaes y Arydimar Vasconcelos Gaioso.

Cita:

Helciane De Fátima Abreu Araujo, Mariana Leal Conceição Nóbrega, Jurandir Santos De Novaes y Arydimar Vasconcelos Gaioso (2017). *Megaemprendimientos e territorialidades na Amazônia: o preço da (in) sustentabilidade. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/2607>



Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

MEGAEMPRESAS E TERRITORIALIDADES NA AMAZÔNIA: O PREÇO DA (IN) SUSTENTABILIDADE.

Helciane de Fátima Abreu Araujo¹

Mariana Leal Conceição Nóbrega²

Jurandir Santos de Novaes³

Arydimar Vasconcelos Gaioso⁴

RESUMO

O estudo analisa os efeitos das ações de implantação de megaempresas agroindustriais e de infraestrutura, vinculados aos ramos da produção de celulose, siderurgia, minério e monoculturas de soja, eucalipto e cana de açúcar, sobre as relações sociais e processos organizativos econômicos e políticos de grupos que se autodenominam trabalhadores (as) rurais e quebradeiras de coco babaçu, residentes no oeste do Maranhão-Brasil, região também conhecida como Amazônia Maranhense. As cartografias sociais realizadas, entre 2011 a 2017, demonstram especificidades das intervenções desses investimentos que adotam estratégias de marketing social, valendo-se de certificações ambientais internacionais como dispositivos de apaziguação da crítica e controle social. Situação emblemática é a da fábrica de papel e celulose Suzano S.A., instalada na microrregião de Imperatriz –MA, desde março de 2014, interferindo diretamente nos modos de existência e de identidades

¹ Doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. E-mail: helcianearaujo@hotmail.com

² Agrônoma e doutoranda do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências (IG) – UNICAMP, pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). E-mail: alemndalogica@yahoo.com.br.

³ Doutora em Geografia Humana, Professora da Universidade Federal do Pará – UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. E-mail: jurandirnovaes@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Antropologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA; Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. E-mail: agaioso@yahoo.com.br

coletivas específicas de povos e comunidades tradicionais, ocasionando conflitos territoriais e deslocamentos compulsórios. Essa empresa acumula selos de certificação ambientais internacionais, a exemplo dos Ecolabel e Nordic Swan, atestando sustentabilidade ambiental para os consumidores europeus durante o processo produtivo. Tais certificações que avalizam a adoção de práticas ditas “sustentáveis” ao mercado europeu se concentram nas emissões de gases, consumo de energia e uso de matéria-prima certificada, no entanto, não garantem a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais atingidos diretamente pelo empreendimento em questão. O trabalho aborda, ainda, a resistência de identidades coletivas a esse tipo de intervenção, por vezes dissimulada como “negociação” (ACSELRAD, 2014), em lutas pelo acesso aos recursos naturais e pelo reconhecimento de formas organizativas pré-existentes.

Palavras Chave: Megaempreendimentos, Responsabilidade Socioambiental, Povos e Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

The study analyzes the effects of the actions of implantation of mega agroindustrial and infrastructure enterprises, linked to branches of cellulose production, steel, ore and monocultures of soybeans, eucalyptus and sugarcane, on the social relations and economic and political organizational processes of groups that call themselves rural workers and babaçu coconut workers, residents in the western of Maranhão-Brazil, also known as Amazon Maranhense. The social cartographies carried out between 2011 and 2017 demonstrate the specificities of the interventions of these investments that adopt social marketing strategies, using international environmental certifications as devices for appeasement of criticism and social control. The pulp and paper factory Suzano S.A., located in the microregion of Imperatriz -MA, has been emblematic since March 2014, interfering directly in the modes of existence and specific collective identities of traditional peoples and communities, causing territorial conflicts and compulsory displacements. This company accumulates international environmental certification seals, like the Ecolabel and Nordic Swan, attesting environmental sustainability to European consumers during the production process. Such certifications that support the adoption of so-called "sustainable" practices in the European market are focused on gas emissions, energy consumption and the use of certified raw materials, but do not guarantee the economic, environmental and cultural sustainability of traditional peoples and communities directly affected by the undertaking in question. The work also addresses the resistance of collective identities to this type of intervention, sometimes disguised as "trading" (ACSELRAD, 2014), in struggles for access to natural resources and recognition of pre-existing organizational forms.

Key Words: Mega Projects, Socioenvironmental Responsibility, Peoples and Traditional Communities.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento de um projeto de pesquisa, em curso, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA), intitulado “Conflitos sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central”, que envolve nove universidades brasileiras dos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais e uma organização da sociedade civil, Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO).

O estudo analisa as agroestratégias, executadas por megaempreendimentos agroindustriais e de infraestrutura, ligados a produção *de commodities* agrícolas - no caso específico aqui analisado, soja, eucalipto e cana de açúcar - destinadas ao mercado internacional, sobre os povos e comunidades tradicionais na denominada região oeste do Maranhão⁵, estado que se situa numa zona de transição entre o nordeste e norte do Brasil.

O termo “agroestratégia” é empregado neste artigo no sentido atribuído por Almeida (2010, p. 101-143), quando se refere àquelas que

[...] estão na ordem do dia das agências multilaterais e de conglomerados financeiros referidos às indústrias alimentícias. No quadro de uma propalada ‘crise do setor de alimentos’ elas tem sido anunciadas com alarde e como uma medida salvacionista para resolver todos os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios. Elas compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e ações ditas empreendedoras. Abrangem tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências, quanto de ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos. Tais estudos versam também sobre medidas regulamentares e atos perpetrados por diferentes agências financeiras (bolsas de valores,

⁵ Trata-se de uma classificação oficial da divisão regional do IBGE (2010) a mesorregião oeste do Maranhão é constituída por três microrregiões: Imperatriz, Gurupi e Pindaré. A microrregião de Imperatriz é constituída pelos municípios de Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Grajaú, Gov. Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lageado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, Senador La Roque, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, Sitio Novo, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios.

fundos de investimentos, bancos) e por entidades representativas de grandes empreendimentos agropecuários. Abrangem ainda um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos à expansão do cultivo de grãos, notadamente a soja, e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas.

O trabalho de pesquisa resulta em uma nova cartografia e uma reflexão crítica acerca dos efeitos das estratégias desses megaempreendimentos sobre relações sociais e processos organizativos econômicos e políticos de povos tradicionais, especificamente grupos que se autodenominam trabalhadores (as) rurais e quebradeiras de coco babaçu, que residem e transitam nessa região.

A nova cartografia social implica uma análise reflexiva, conjuntamente com comunidades e povos tradicionais e grupos camponeses, privilegiando a diversidade de situações combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais. Como procedimentos de pesquisa, adotam-se a realização de *surveys*, oficinas de nova cartografia social nas próprias comunidades, encontros ampliados com pesquisadores e agentes sociais, reuniões preparatórias e georeferenciamento do que é considerado relevante pelos agentes sociais para constar nos mapas, fascículos, cadernos e livros, que são os produtos esperados deste trabalho⁶.

No processo de pesquisa inscrevem-se, ainda, cursos introdutórios à linguagem cartográfica formal, e de orientação e localização geográfica, fazendo uso de equipamento técnico como o GPS e noções de cartografia social. Tais procedimentos permitem a formação de membros da própria comunidade, que fazem a seleção das informações, delimitam perímetros e são os agentes das narrativas que consubstanciam a produção final no processo de mapeamento social com informações obtidas com o uso de técnicas de investigação próprias da etnografia e da antropologia visual.

Estas informações são complementadas com documentos e outras fontes, contudo privilegia-se a informação direta e primária que conferem um sentido de cartografia construída pelos próprios agentes, ou o que tem sido denominado de autcartografia e, sobretudo, representa o que Almeida (2013) nos aponta como a

⁶ Vide site www.novacartografiasocial.com

perspectiva de suplantar traçados e pontos, ou seja, afirma uma prática de cartografia que busca o conhecimento de realidades localizadas.

As situações mapeadas entre 2011 a 2017 demonstram especificidades de intervenções de investimentos de infraestrutura e agroindustriais financiados pelo Estado brasileiro, que se consolidam por meio de um apelo que faz uso de conceitos canonizados em discursos oficiais e de cunho mercadológico, como “responsabilidade socioambiental” e “sustentabilidade”. Com isso, adotam estratégias de marketing social, valendo-se de certificações ambientais internacionais como dispositivos de apaziguação da crítica e controle social.

Para esse artigo, entre outras situações mapeadas, elegemos como situação emblemática a instalação da fábrica de papel e celulose Suzano S.A., na microrregião de Imperatriz –MA, em 20 de março de 2014. Trata-se de um megaempreendimento que está interferindo diretamente nos modos de existência e de identidades coletivas específicas de povos e comunidades tradicionais, ocasionando conflitos territoriais e deslocamentos compulsórios em várias regiões do estado do Maranhão⁷.

Analisaremos a situação pontuando dois aspectos abordados nos itens a seguir: 1) as estratégias desse megaempreendimento para a obtenção de certificações internacionais e financiamentos com recursos públicos; 2) os efeitos dessas estratégias sobre os processos políticos organizativos de povos, comunidades tradicionais e grupos camponeses. As situações abordadas nos auxiliam na reflexão sobre aspectos da tragédia moderna, elencados por autores como Raymond Willians e cotidianamente anunciados e denunciados por agentes sociais que vivenciam tais efeitos.

2 – Megaempreendimentos entre certificações ambientais e (in)responsabilidade social: o que verde que só se enxerga na Europa.

No Brasil, a expansão dos plantios homogêneos e alienígenas de espécies vegetais, associada à dilapidação dos bens naturais contribui para a redução das florestas nativas. As empresas se destacam no debate sobre o desenvolvimento regional, utilizando diferentes práticas para a extração dos bens naturais do território, contando

⁷ Além da região oeste do Maranhão, o Projeto Brasil Central está mapeando situações de conflitos que se estabelecem com a expansão do agronegócio nos municípios de Coelho Neto, Caxias e Afonso Cunha.

com o subsídio estatal através de políticas e dispositivos legais que facilitam sua ação. Questiona-se sobre a suposta responsabilidade ambiental do denominado território corporativo (BECKER, 2007) que, em detrimento das demandas sociais, promove exclusão de grupos sociais e de identidades coletivas específicas (ALMEIDA, 2004) como: quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, trabalhadores rurais.

A década de 1960 é marcante na história mundial, principalmente no tocante a questão ambiental. O livro de Rachel Carson (2011[1962]) intitulado “Primavera Silenciosa” é um importante estudo sobre os efeitos dos agroquímicos no meio ambiente, que questiona, sobretudo, a relação ser humano e natureza. A obra é uma minuciosa pesquisa sobre os efeitos do dicloro-difenil-tricloroetano (o inseticida DDT) no ambiente.

Foram desencadeados vários eventos, pelo mundo inteiro, principalmente pelo setor industrial que causaram diversas catástrofes ambientais. O agronegócio também representado pelo setor industrial é considerado o setor que mais causa danos aos elementos naturais de diversos ecossistemas envolvidos, seja por meio dos seus processos produtivos seja através da fabricação de produtos poluentes (LUSTOSA, 2003).

Como resposta à pressão social, são formulados processos de certificações ‘ambientais’ das empresas. “A certificação ambiental tem sido adotada em vários mercados de *commodities*, incluindo café, açúcar e soja, assim como em produtos florestais madeireiros e não madeireiros” (MAY, 2003, p.209). As empresas que atuam no setor industrial ao perceberem o aumento de ganhos financeiros exponenciais efetivados pela falsa responsabilidade ambiental, passam a realizar investimentos em processos de certificação ambiental com a finalidade de comercializar seus produtos em mercados internacionais.

Vale dizer que esses processos de certificações ambientais, que se apresentam como “dispositivos de julgamento social” (KARPIK, 2007), cumprem uma função diversa da sua proposta inicial, que seria o de avaliar o produto a ser comercializado. Entretanto, curiosamente, o que ocorre é a transformação de certificações ambientais também em mercadorias, indicando claramente a preterição da dimensão ambiental.

Para Castillo (2008), sob a superfície dessa composição se constitui um sistema de relações que articula, de um lado, latifundiários, madeireiros e pecuaristas,

responsáveis diretos pela degradação ambiental, trabalho escravo, expulsão de pequenos produtores familiares e, de outro, as grandes empresas do agronegócio (Grupo Amaggi, Bunge, ADM, Coinbra, Cargill, Caramuru, entre outras), as mesmas que brandem a bandeira da sustentabilidade (social, ambiental e econômico-financeira) – todos conectados por acordos, fundados nos circuitos espaciais produtivos, sobretudo, na política e no mercado.

A disseminada “responsabilidade socioambiental” está atrelada tão somente ao desempenho econômico das empresas, primeira e fundamental preocupação (DRUCKER, 1997, p.70-71). Outro importante pilar relacionado à responsabilidade ambiental das empresas é a sua regularização legal, principalmente suas ações que tem implicações econômicas e ambientais.

A principal estratégia utilizada pelas empresas ainda são os projetos institucionais, programas desenvolvidos pelas empresas que lhes confere a imagem de “ética e responsabilidade socioambiental”. A incorporação dessas supostas iniciativas socioambientais nas ações da empresa relacionadas aos consumidores remete a este público a concepção de respeito e transparência no desenvolvimento das atividades industriais.

Um aspecto curioso é que as extensas monoculturas, base para o agronegócio competitivo, são consideradas uma atividade sustentável, já que seqüestram mais carbono do que emitem no processo produtivo. Já existem grandes produtores de cana-de-açúcar e empresas de reflorestamento com eucalipto e pinus (como a Suzano), em várias regiões brasileiras, que lucram com certificados de emissão no mercado de carbono (CASTILLO, 2008, p. 6)

Um caso emblemático que situa bem essa questão é o do grupo empresarial Suzano, que ao contrário do ideário disseminado, sua principal estratégia de negócio em nada tem a ver com princípios de sustentabilidade, orientada unicamente por objetivos financeiros e mercadológicos. A silvicultura aparece na atualização semestral de julho de 2014 do Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho como segunda atividade econômica com maior percentual de trabalhadores submetidos à condição análoga às de escravos⁸.

⁸ O Cadastro possui atualmente 609 (seiscentos e nove) nomes de empregadores flagrados na prática de submeter trabalhadores a condições análogas às de escravo. Desse total, o estado do Pará apresenta o maior número de empregadores inscritos na lista, totalizando cerca de 27%, sendo seguido por Minas Gerais, com 11%; Mato Grosso, com 9%; e Goiás, com 8%. A pecuária constitui a atividade econômica desenvolvida pela maioria dos empregadores (40%), seguida da produção florestal (25%), agricultura

Enquanto isso, a empresa acumula selos de certificação ambiental, inclusive internacionais, a exemplo das certificações Ecolabel e Nordic Swan⁹ recentemente adquiridas, atestando uma pretensa sustentabilidade ambiental para os exigentes consumidores europeus durante o processo produtivo.

As citadas certificações que avalizam a adoção de “práticas sustentáveis” ao exigente mercado europeu, que é um dos principais destinos da celulose da unidade fabril de Imperatriz (MA), se concentram nas emissões de gases, consumo de energia e uso de matéria-prima certificada, no entanto, não garantem a sustentabilidade econômica, ambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais atingidos diretamente pelo empreendimento em questão.

[...] é a lógica da mitigação e da compensação. Mas, essa lógica, não consegue prevenir ou evitar a alteração da qualidade do ar pela emissão de gases e material particulado, os processos erosivos, a redução da biodiversidade vegetal e virtude da monocultura do eucalipto afugentamento, atropelamento de animais silvestres, conflitos de terra, conflitos sociais, especulação imobiliária, assoreamento de nascentes, poluição dos corpos de água, contaminação do lençol freático, etc. Projetos “florestais” como o da Suzano acabam recebendo, pelo seu caráter classista, total apoio governamental, seja no âmbito da União ou do Estado, apesar do risco potencial de perda da qualidade da água, a vulnerabilidade a processos de lixiviação de insumos agrícolas, atropelamentos da fauna, supressão da biodiversidade, mudança na forma tradicional de utilização da terra com a consequente alteração do conteúdo (mudanças de plantio de subsistência para o plantio de eucalipto) (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 180 e 181).

Essas mudanças refletem nas questões de reprodução e manutenção das identidades coletivas e específicas desses povos. As transformações da vida local e cotidiana desses grupos sociais estão relacionadas aos seus valores, símbolos e principalmente a transmissão dos seus conhecimentos acumulados ao longo de gerações. Mais que do que perder sua condição enquanto categoria e segmento

(16%) e indústria da construção (7%). Conforme informa o sitio eletrônico do Ministério do Trabalho o referido cadastro foi retirado, em 31/12/2014, por força da liminar proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.209 Distrito Federal da lavra do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, proposta pela Associação Brasileira de Incorporadas Imobiliárias – ABRAIN. Disponível em http://portal.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm. Acesso em 04/06/2015.

⁹ O selo Ecolabel foi criado em 2011 e auxilia na identificação de produtos e serviços que têm impacto ambiental reduzido durante seu ciclo de vida, desde a extração de matéria-prima até o descarte. Já o Nordic Swan é um selo verde institucionalizado pelo Conselho de Ministros dos países nórdicos, administrado pelas agências de Meio Ambiente da Suécia, Finlândia, Islândia e Noruega, desde 1989. Disponível em <http://www.segs.com.br/demais/41736-suzano-conquista-selos-europeus-de-sustentabilidade-para-unidade-imperatriz.html>. Acesso em 15/06/2015.

trabalhista é perder sua cultura e identidade. Não raramente grandes grupos econômicos impõem acordos a povos e comunidades tradicionais expropriando seus bens naturais para a implantação e/ou ampliação de megaempreendimentos, desconsiderando os direitos desses grupos sociais.

3 – O bicho está em todo lugar.

A empresa Suzano Papel Celulose encontra-se a 630 Km da capital São Luís/MA, tendo como grande parceira na logística de escoamento da produção a empresa mineradora Vale¹⁰, com assinatura de contratos entre os anos de 2014 a 2043, para a utilização das ferrovias Norte-Sul e Carajás.

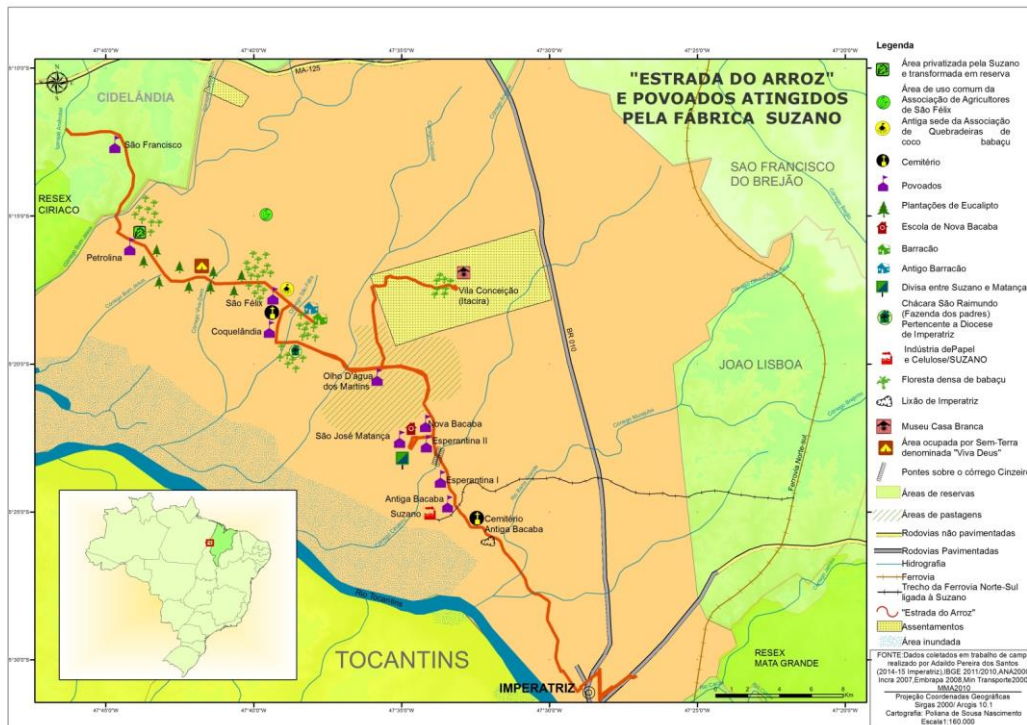
Inaugurada em março de 2014, a fábrica ocupa uma área de 1,5 milhão de m², sendo 96 mil de área construída. Situadas na Rodovia MA-125, com 71 quilômetros, ligando os municípios de Imperatriz e Cidelândia, no estado do Maranhão, área conhecida popularmente como “Estrada do Arroz”, numa referência a um tempo passado, quando predominava o escoamento via essa estrada da produção de arroz na região. Às suas margens se encontram os povoados de Esperantina I e II, Nova Bacaba, São José da Matança, Olho D’água dos Martins, Coquelândia, São Félix e Petrolina.

Os efeitos desse megaempreendimento no modo de viver dos grupos que residem ou transitam nesses povoados/comunidades vêm sendo estudados no campo da academia e por meio de narrativas dos próprios agentes sociais militantes dos movimentos sociais e sindicais que atuam na região de Imperatriz. Para efeito desta análise, destacamos as conclusões de Pereira dos Santos (2015) e Nóbrega (2015).

No mapa abaixo, sistematizado por Pereira dos Santos (2015), estão representadas as diferentes situações de conflitos que envolvem a fábrica e seus efeitos danosos aos grupos que se autodenominam “trabalhadores rurais” e “quebradeiras de coco babaçu”, residentes em dez povoados. O mapa representa situações apontadas pelos próprios agentes sociais participantes da construção da cartografia social desse

¹⁰ Uma das maiores empresas de mineração do mundo e a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel. Atualmente opera nove usinas hidrelétricas no Brasil, no Canadá e na Indonésia. Opera em 14 estados brasileiros. Com a incorporação da canadense Inco, tornou-se, em 2006, a 31ª maior do mundo e entre as 10 maiores empresas da América Latina.

megaempreendimento na região, tais como deslocamentos compulsórios, substituição de babaçual pela monocultura do eucalipto para a produção de celulose, poluição de riachos e formação de lixões



Fonte: Pereira dos Santos (2015)

O extensivo plantio de eucaliptos de propriedade da empresa Suzano tem a função de abastecer a fábrica de papel e celulose. Sendo utilizada para a produção de carvão destinada ao abastecimento, também, da fábrica. Circunstâncias que afetam drasticamente florestas, rios e riachos. Com isso, os trabalhadores da agricultura familiar e extrativistas da Estrada do Arroz se encontram ameaçados porque a terra e os recursos naturais destinados às práticas tradicionais estão desaparecendo ou estão servindo à outros propósitos, como as plantações de eucaliptos e capins na construção de pastos em fazendas. O desmatamento ocasionado para a plantação de eucaliptos é chamado pela empresa Suzano de “reflorestamento”, ou seja, as áreas devastadas pela empresa são recuperadas com plantações de eucaliptos.

Além das questões ambientais, o mapa revela aspectos do caráter impositivo dos megaempreendimentos que implica a imposição de um modo de pensar e de perceber o mundo sobre os modos de ser, estar, pensar, perceber e viver dessas comunidades tradicionais. Não são elas que planejam esses empreendimentos. Elas nem

participam da concepção. Quando entram em cena, boa parte da negociação (poder estatal + grupos empresariais) já foi concluída.

E para se legitimar na região, tal como é cantado em uma música popular, “o bicho está em todo o lugar”, além do apelo socioambiental que lhe tem rendido certificações internacionais e da interferência no sistema educacional regional, com vistas a formação de mão de obra de níveis médio e superior¹¹, a empresa Suzano investe na construção de uma ideia de “desenvolvimento” via industrialização, via agronegócio, por meio de largo investimento em campanhas de marketing e propaganda, em horário nobre da principal emissora de TV do Brasil, quando, de forma acintosa, é feita a associação “Agronegócio é vida; Agronegócio é pop”. A vinculação da mandioca com o agronegócio com o propósito de introduzir no imaginário a necessidade do agronegócio como vital, em moldes semelhantes às práticas próprias do “início do processo sistema-mundo moderno/colonial” (BERNARDINO-COSTA & GROSGUÉL, 2016).

A construção desse imaginário se dá por meio de um conjunto de estratégias que envolve, além dos investimentos já citados em produção de discursos socioambientais, estruturação de cursos e universidades, a absorção de profissionais formados a partir das experiências com os movimentos sociais da região. Desse modo, técnicos e assessores que, no passado, auxiliaram movimentos na mediação, hoje atuam como “porta-vozes” dos projetos da empresa junto às comunidades, tendo como um dos resultados a fragilização das vozes de lideranças tradicionais.

Por outro lado, formas de organizações coletivas presentes na região, a partir de suas experiências e vivências se contrapõem a esse discurso de sustentabilidade presentes nos megaempreendimentos. Esses saberes entram em choque com o imaginário construído pelo discurso ambiental que acompanha o ideário de desenvolvimento e que isso se reflete em debates internos às próprias comunidades. No cotidiano, a relação do imaginário desenvolvimentista e ambiental se confronta com o saber local e as formas organizativas de povos e comunidades tradicionais que

¹¹ Incluem-se investimento em criação de escolas de nível médio; universidades públicas e privadas; investimentos em projetos de pesquisa, a exemplo do Centro de Pesquisa em Arqueologia e História “Timbira” – CPAH, na Universidade Estadual do Maranhão Sul (UEMASUL).

percebem o território como um bem coletivo, sendo este utilizado de forma comum pelas comunidades presentes na região.

Desse modo, o bicho está em todo o lugar, mas a resistência se reinventa e, por vezes, se apresenta como “negociação” (ACSELRAD, 2014) que, em certas circunstâncias, se confronta com narrativas que anunciam ou denunciam tragédias nem sempre vistas como tais.

Ali naquela região de Imperatriz, como é o centro do grande dragão que é o Papel Celulose, o investimento é muito grande minha gente. Vocês não imaginam que professor, as universidades, os colégios, tudo tem investimento das empresas. Para professor, uma escola técnica que em Imperatriz até mudou o nome não é, porque é investimento da empresa. Na universidade a gente vai fazer uma discussão com os professores, depois a gente vê todo mundo assim com uma timidez tão grande de falar com a gente, que você não imagina, parece até que a gente que é o inimigo. Eles tem medo da gente. Eu não posso mais acompanhar o MIQCB e nem o Nova Cartografia Social pra buscar uma informação porque na hora que o povo me vê: ó...olí veio atrás de informação aqui. Então é muito sério isso. Como é que a gente vai fazer o trabalho agora? Os movimentos sociais que deviam ser oposição a esse sistema, os sindicatos, por exemplo, que é uma ferramenta muito grande e organiza um público muito grande de gente. (Maria Querobina da Silva Neta – quebradeira de coco babaçu do Projeto de Assentamento Vila Conceição – Imperatriz-MA).

Maria Querobina, em certa medida, está diante de um dilema conceitual do qual um dos grandes pensadores e críticos da Nova Esquerda inglesa, Raymond Williams se ocupou. O que de fato vem ser a tragédia?

[...] as principais organizações que no século XX se apresentaram para o combate ao capitalismo na direção do socialismo passaram a fazer parte do complexo de forças de sustentação da sociedade capitalista. Esse é um dos principais aspectos da tragédia de nosso tempo. O desafio aos que continuam a entender o capitalismo como ameaça à sobrevivência da humanidade é levar suas vítimas à compreensão de que o preço das contradições do capitalismo é ainda mais intolerável que o preço a ser pago para acabar com elas. Isso porque, acreditava, quando essa compreensão se materializar, essas vítimas encontrarão a coragem e a energia necessária para tomar o caminho de uma política socialista consistente (COSTA In: WILLIAMS, 2002, p. 12)

A reflexão sobre o termo nos inclina para outra questão central que é a relação entre tragédia e revolução e outros desdobramentos com a relação entre ordem, desordem e revolução e a demonstração de que no sistema capitalista o que aparece como ordem produz a desordem, enquanto que a desordem resulta em nova ordem. Quando o imaginário do mundo encantado do “desenvolvimento” parece contaminar a muitos, há de se contar com a resistência dos que tentam compreender as contradições

de um sistema econômico que a todo custo de reinventa, exigindo dos seus antagonistas o mesmo.

4 – Considerações finais

O presente trabalho trouxe reflexões que estão se apresentando ao longo do processo de construção da cartografia social que vem sendo realizada na região denominada Oeste do Maranhão-Brasil, envolvendo a situação da implantação de uma indústria de fabricação de celulose e grupos de famílias de trabalhadores rurais e quebraadeiras de coco babaçu.

O artigo demonstrou as estratégias que os grandes empreendimentos, nessa região, vêm adotando, com vistas a obtenção de certificações internacionais, para justificar a sua instalação e expansão em território brasileiro, apoiados no discurso socioambiental oficial. Verificamos a fragilidade desses discursos quando comparados aos danos causados aos modos de vida dos grupos familiares residentes nas áreas afetadas pelos grandes empreendimentos.

O discurso socioambiental é apoiado em um conjunto de estratégias de marketing que tentam associar o agronegócio à vida, quando a realidade aponta para a destruição das condições de vida gerada pela prática das monoculturas e uso descontrolado e excessivo de agrotóxicos.

Outras estratégias danosas ao modo de vida na região dizem respeito ao investimento em educação e pesquisa e na absorção de técnicos oriundos dos movimentos sociais. Tais estratégias trazem o desafio da reinvenção dos movimentos sociais e da política na região, que passa, inicialmente, pela compreensão da tragédia que vem sendo anunciada por importantes militantes da região.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Amazônia**: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais como fator essencial de transição econômica – pontos resumidos para uma discussão. Somanlu, ano 4, n. 1, jan./jun. 2004.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios in ACSELRAD, H. (org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010, pp.101-143

_____. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. In: **Povos e comunidades tradicionais - nova cartografia social**. Manaus: UEA Edições, 2013, pp.157-173.

ACSELRAD, H. (org.) **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina. 2014

BECKER, Bertha K. Logística e a Nova Configuração do Território Brasileiro: Que Geopolítica será Possível? In: **Políticas de Desenvolvimento Regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. DINIZ, Clélio Campolina (organizador). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze & GROSFOGUEL, Ramón. Dossiê: Decolonialidade e perspectiva negra. In. **Sociedade e Estado**. Vol. 31, no.1. Brasília. Jan/Apr. 2016

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Ed. Gaia, 2011.

CASTILLO, Ricardo. Sustentabilidade, desenvolvimento e globalização. In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina: Anpege: FAPERJ, 2008.

COSTA, Iná Camargo. Tragédia no Século XX. Prefácio. In: WILLIAMS, Raymond. **Raymond Williams: Tragédia moderna** (trad) Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

DRUCKER, Peter. **The Shame of Marketing**, in Kelley, W.T., **New Consumerism: Selected Readings**. Grid, inc., 1973.

IBGE. Censos Demográficos, 2010. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_gregioes_zip_xls.shtm. Acesso em 10/01/2018

KARPIK, Lucien. **L'économie des singularités**. Paris: Gallimard, 2007.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e Competitividade. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (org). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.

MAY, Peter H. Comércio Agrícola e Meio Ambiente na América Latina. In: MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (org). **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Elsevier 2003.

NOBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a Sucuri Verde: resistência camponesa e o território de uso comum**. O caso das comunidades agroextrativistas da Amazônia maranhense. Mariana Leal Conceição Nóbrega. Campinas, SP. (S.N), 2015.

PEREIRA DOS SANTOS, Adaildo. **O BICHO ESTÁ EM TODO LUGAR: estratégias, políticas de resignação e resistências na Estrada do Arroz**. DISSERTAÇÃO de Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia. São Luís: UEMA, 2015)

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano papel e celulose no Maranhão**. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2014.